

4.6 Registros de Mídia ⁸			
			de apoio ao sistema agrícola tradicional dos apanhadores de flores sempre-vivas (GEP SEMPRE VIVAS) e o seu secretário executivo, Romero Wagner do Carmo teria sido nomeado como suplente.
Diário Oficial do TRE de Minas Gerais ¹⁶	22/06/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Diário Oficial do TRE de Minas Gerais informa que Romero Wagner do Carmo foi Presidente do PT na cidade de Juatuba e apresentou Declaração de Ausência de movimentação de recursos referente ao ano base/2017.

¹⁶ Fonte: [Diário Oficial do TRE de Minas Gerais](#). Acesso em 25/06/2020.



b) Alessandra Karin do Carmo

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Alessandra Karin do Carmo	
CPF	011.909.966-77	
Data de Nascimento	13/09/1977	
Posição	Irmã de Romero Wagner do Carmo	
Endereço	Rua Alcides Inácio da Silva, 667 Bloco 24, INGA, Betim-MG, Cep: 32604-540	
Outros Endereços	Rua Alcides Inacio da Silva, 667 Apartamento 401 Bloco, INGA, Betim-MG, Cep: 32604-540 Rua Alcides Inacio da Silva, 667, INGA, Betim-MG, Cep: 32604-540 Avenida Vargas, 283, Filadelfia, Betim-MG, Cep: 32670-090 Rua Itamarati, 118, São Caetano, Betim-MG, Cep: 32677-564	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹⁷
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada Consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	17/06/2020	N/D ¹⁸
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta

¹⁷ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

¹⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ¹⁹	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ²⁰				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ²¹				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

¹⁹ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.

²⁰ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²¹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²²							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ²³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

²² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²³ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ²⁴			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Radar Oficial ²⁵	27/05/2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo a mídia Radar Oficial, Alessandra Karin do Carmo teria sido nomeada para o cargo de Educador Infantil pelo Prefeito de Belo Horizonte Marcio Araujo de Lacerda.
Radar Oficial ²⁶	03/09/2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo a mídia Radar Oficial, Alessandra Karin do Carmo teria sido revogada a nomeação para o cargo de Educador Infantil pelo Prefeito de Belo Horizonte Marcio Araújo de Lacerda.
Município de Betim- MG ²⁷	08/04/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo o Município de Betim-MG, Alessandra Karin do Carmo teria participado do concurso publico para Professora, Edital 010/2016.
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ²⁸	18/06/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Alessandra Karin do Carmo teria a posse prorrogada até 1º de julho de 2016 para o cargo de Professor Municipal, pela Gerente de Planejamento e Incorporação Cínthia Soares Gonçalves.

²⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁵ Fonte: [Radar Oficial](#). Acesso em 17/06/2020.

²⁶ Fonte: [Radar Oficial](#). Acesso em 17/06/2020.

²⁷ Fonte: [Município de Betim-MG](#). Acesso em 17/06/2020.

²⁸ Fonte: [Prefeitura Municipal de Belo Horizonte](#). Acesso em 17/06/2020.



c) Alexandre Magno do Carmo

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Alexandre Magno do Carmo	
CPF	000.618.286-02	
Data de Nascimento	19/01/1972	
Posição	Irmão de Romero Wagner do Carmo	
Endereço	Rua Sucupira, 283, Nova Gameleira, Belo Horizonte-MG, Cep: 30.510-710	
Outros Endereços	Rua dos Guajajaras, 1268, Apartamento 2815 e 28, Barro Preto, Belo Horizonte-MG, Cep: 30.180-101	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²⁹
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Consta ³⁰
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	17/06/2020	N/D ³¹
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta

²⁹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³⁰ Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

³¹ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ³²	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ³³				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ³⁴				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

³² Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.

³³ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	06	N/A	N/A	N/A	N/A	06
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ³⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5005493-18.2019.8.13.0114	11/07/2019	Direito administrativo e outras matérias de direito público - concurso público / edital -	Procedimento do juizado especial cível (436)	Autor: Alexandre Magno do Carmo, Réu: Município de Ibirite.

³⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁶ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.5.1 Processos Judiciais ³⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			classificação e/ou preterição		
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5000329- 30.2016.8.13.0647	11/11/2016	Direito civil - obrigações - espécies de contratos - contratos bancários	Execução de título extrajudicial (159)	Exequente: Cooperativa Regional de Credito de Livre Admissão do Sudoeste Mineiro e Nordeste Paulista Ltda, - Sicoob Nosso Credito, Executado: Vidraçaria e Locação Europa Ltda - ME, Alexandre Magno do Carmo, Marli Teófilo de Carvalho Carmo.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5002026- 52.2017.8.13.0647	24/07/2017	Direito civil - obrigações - espécies de contratos - alienação fiduciária	Busca e apreensão em alienação fiduciária (81)	Autor: Banco Itaucard SA, Alexandre Magno do Carmo.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0028103- 82.2013.8.13.0241	17/07/2013	Impostos / tributário / IPTU/ imposto predial e territorial urbano	Execução fiscal	Ativa: Município de Esmeraldas, Passiva: Alexandre Magno do Carmo.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0360612- 23.2015.8.13.0079	04/09/2015	Pagamento / adimplemento e extinção / civil / obrigações	Procedimento do juizado especial cível	Ativa: Alexandre Magno do Carmo, Passiva: Simone Eugenia dos Santos.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0062170- 48.2017.8.13.0301	23/05/2017	Processual civil / objetos de cartas precatórias/de ordem / intimação	Carta precatória cível	Ativa: Alexandre Magno do Carmo, Passiva: Simone Eugenia dos Santos.



4.6 Registros de Mídia ³⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Governo do Estado de Minas Gerais ³⁸	06/05/2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo a mídia, o Governo do Estado de Minas Gerais reporta que Alexandre Magno do Carmo teria inscrição deferida para o processo seletivo Interno de Agentes de Segurança Penitenciário para unidades prisionais de parcerias Públicos- Privadas - PPP, conforme Edital 001/2011.
Governo do Estado de Minas Gerais ³⁹	15/07/2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo a mídia do Governo do Estado de Minas Gerais reporta que Alexandre Magno do Carmo teria inscrição deferida para o processo seletivo para a função de Coordenador de Segurança das Unidades Prisionais, conforme Edital Nº002/2011.
Câmara Municipal de Belo Horizonte ⁴⁰	2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo a Câmara Municipal de Belo Horizonte, Alexandre Magno do Carmo teria participado do concurso público para o cargo de Coordenador do Processo Legislativo, Edital 1/2017.

³⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁸ Fonte: [Governo do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 17/06/2020.

³⁹ Fonte: [Governo do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 17/06/2020.

⁴⁰ Fonte: [Câmara Municipal de Belo Horizonte](#). Acesso em 17/06/2020.



d) Meire Angela do Carmo Rocha

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Meire Angela do Carmo Rocha	
CPF	663.534.836-00	
Data de Nascimento	30/06/1963	
Posição	Irmã de Romero Wagner do Carmo	
Endereço	Rua Carlos Campos Motta, Itatiaia, 234, Belo Horizonte-MG, Cep: 31.360-660	
Outros Endereços	Rua do Indaia, 379 CA, Itatiaia, Belo Horizonte-MG, Cep: 31.360-710	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴¹

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada Consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	17/06/2020	N/D ⁴²
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta

⁴¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴² Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ⁴³	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente⁴⁴				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente⁴⁵				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

⁴³ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.

⁴⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ⁴⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁴⁸			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁴⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁷ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Santiago Matos Ferreira Primo, CPF: 049.141.695-41, funcionário da Equipe Técnica Multidisciplinar da AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social”.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

SANTIAGO MATOS FERREIRA PRIMO

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334462900000121981694

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334462900000121981694>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:45



26 de junho 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de maio de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Santiago Matos Ferreira Primo", ("Santiago Primo", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 049.141.695-41, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Izabel Cirila de Matos	Pessoa Física	934.357.978-00



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 12 de junho de 2020 a 17 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Santiago Primo
Interações com agentes públicos ou administração pública		Santiago Primo
Parcerias com ATI em questão		Santiago Primo
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Santiago Matos Ferreira Primo

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Santiago Matos Ferreira Primo	
CPF	049.141.695-41	
Data de Nascimento	01/11/1990	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar da AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	17/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ²
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ³				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

³ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁶	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁸			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ⁹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo seria "Engenheiro Agrônomo, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (2015). Mestrando do

⁶ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.

⁷ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁹ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 16/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
		e/ou atividades	<i>Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEX - UFRPE), na linha de pesquisa Extensão Rural para o Desenvolvimento Local. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Assistência Técnica e Extensão Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: Assistência Técnica e Extensão Rural, Desenvolvimento Local, Convivência com o Semiárido, Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia, Organização e Formação Social e Agricultura Familiar". Última atualização em 25/05/2018.</i>
	2010 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria feito parte da Coordenação Regional VIII da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, FEAB, Brasil, sob o vínculo de membro associado. Carga horária: 8. Última atualização em 25/05/2018.
	2010 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria sido membro da diretoria do Diretório Acadêmico de Agronomia, DA, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 8. Última atualização em 25/05/2018.
	2010 - 2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo seria graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Brasil. Última atualização em 25/05/2018.
	2011 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria sido prefeito na Residência Universitária Hospício - UFRB, RUH, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 8. Última atualização em 25/05/2018.
	2011 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria feito parte da Comissão Organizadora 55º CONEA da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, FEAB, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 8. Última atualização em 25/05/2018.
	2012 - 2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria ocupado o cargo de Coordenação Nacional na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, FEAB, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 40. Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 25/05/2018.
	2013 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria sido NTP de Relações Institucionais na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, FEAB, Brasil, sob o vínculo de membro associado. Carga horária: 8. Última atualização em 25/05/2018.
	2014 - 2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria vínculo institucional não informado com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Brasil. Última atualização em 25/05/2018.
	2015 - 2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo teria sido Coordenador Projeto Segunda Água no Frates Polo Sindical, FATRES, Brasil, sob o vínculo de celetista. Carga horária: 40. Última atualização em 25/05/2018.
	2017 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e	Publicação no Lattes reporta que Santiago Primo estaria com um Mestrado em



4.6 Registros de Mídia ⁸			
		Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	andamento em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Brasil. Última atualização em 25/05/2018.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia ¹⁰	2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia reporta que Santiago Primo teria sido bolsista do programa de "Extensão Universitária para geração de renda e inclusão de jovens rurais da região sisaleira do semiárido baiano" entre 2010 e 2011.
Ministério Público de Minas Gerais ¹¹	28/11/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do Ministério Público de Minas Gerais reporta que Santiago Primo teria participado, na condição de representante da AEDAS, de audiência referente a cinco processos que tem a Vale como ré.

¹⁰ Fonte: [Universidade Federal do Recôncavo da Bahia](http://www.ufba.br). Acesso em 16/06/2020.

¹¹ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](http://www.mg.gov.br). Acesso em 16/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

b) Izabel Cirila de Matos

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Izabel Cirila de Matos	
CPF	934.357.978-00	
Data de Nascimento	16/05/1954	
Posição	N/I	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹²
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	17/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ¹³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta

¹² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

¹³ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	12/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ¹⁴	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente¹⁵				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente¹⁶				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹⁷	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

¹⁴ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 16/06/2020.

¹⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹⁶ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹⁷							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ¹⁸ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ¹⁹			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

¹⁸ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹⁹ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS”, CNPJ: 03.597.850/0001-07.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL - AEDAS

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334462900000121981694

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334462900000121981694>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:45



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS", ("Associação AEDAS", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CNPJ sob o número 03.597.850/0001-07, e com relação aos seus sócios, diretores e/ou representantes (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Adilia Nogueira Sozzi ("Adilia Sozzi")	Pessoa Física	075.243.856-50
Alex Sandra Maranhão ("Alex Maranhão")	Pessoa Física	057.861.589-42
Livia Morena Brantes Bezerra ("Livia Bezerra")	Pessoa Física	101.389.747-13
Thais Amelia de Oliveira Gomes ("Thais Gomes")	Pessoa Física	099.327.886-86



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 12 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual"). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, ("Titulares ou ex-Titulares"), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores ("Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente"), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 19 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 145.831 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não



é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;

- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Lívia Bezerra
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Associação AEDAS Adília Sozzi Alex Maranhão Lívia Bezerra Thais Gomes
Interações com agentes públicos ou administração pública		Associação AEDAS Lívia Bezerra Thais Gomes
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		Associação AEDAS
Possível atividade da empresa		Associação AEDAS
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Associação AEDAS
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	03.597.850/0001-07		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CNAE Secundário	94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	07/01/2000		
Endereço	Rua Frei Caneca, 139, Bonfim, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.210-530		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ¹	AEDAS		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²	Função/Cargo
Adília Nogueira Sozzi	075.243.856-50	0,00%	Diretor
Alex Sandra Maranhão	057.861.589-42	0,00%	Diretor
Lívia Morena Brantes Bezerra	101.389.747-13	0,00%	Presidente
Thais Amélia de Oliveira Gomes	099.327.886-86	0,00%	Diretor
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³	
N/I	N/I	N/I	

¹ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 06/05/2020.

² O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D ⁴	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT	N/A	N/I					
CADE	N/A	N/I					
CVM	N/A	N/I					
TCU	N/A	N/I					

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010472-73.2018.5.03.0114	N/I	N/I	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Autor: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS Réu: Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais SINTIBREF MG; Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais

4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Brazil Foundation ⁸	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Possível atividade da empresa	Publicação do portal da Brazil Foundation reporta que: "Com mais 30 anos de experiência em apoio à população atingida por barragens, a AEDAS está desde o dia seguinte à catástrofe auxiliando os moradores da região. A organização auxilia mais de 30 mil famílias atingidas por barragens em Minas Gerais, atendendo a agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, remanescentes de quilombos e populações urbanas. O objetivo principal da AEDAS é defender os direitos das famílias atingidas e garantir um plano de negociação coletiva no momento da criação de grandes empreendimentos e início de danos ambientais, visando a reparação justa em habitação, fundiários, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde etc."
Ministério Público Federal em Minas Gerais ⁹	N/I	Possível atividade da empresa Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal do Ministério Público de Minas Gerais reporta a realização de "assembleia realizada nessa terça-feira, 16 de julho, em Divinópolis, foi celebrado acordo para o início dos trabalhos de prestação de assessoria técnica aos atingidos pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência da Barragem de Mineração (PAEBM) do Complexo Minerário de Serra Azul, no município de Itatiaiuçu, a 79 km de Belo Horizonte. (...) A entidade contratada foi a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), escolhida de forma autônoma pelos próprios atingidos no

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o Target apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do Target e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do Target, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ Fonte: [Brazil Foundation](#). Acesso em 26/05/2020.

⁹ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
			<i>último dia 20 de maio. A entidade deverá elaborar o plano de reparação integral aos atingidos, para a garantia de seus direitos e retomada dos modos de vida."</i>
AEDAS ¹⁰	N/I	Possível atividade da empresa Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no <i>website</i> da AEDAS indica que a empresa atua em conjunto com movimentos sociais, associações comunitárias, sindicatos locais e estaduais. Entre os parceiros é citado o BNDES, PUC Minas, Assembleia de Minas, CEMIG, Fundação Banco do Brasil, UFMG, Sindipetro, Petrobras etc.
Observatório da Mineração ¹¹	25/07/2015	Possível atividade da empresa	Publicação do portal Observatório da Mineração reporta que em entrevista, a empresa Samarco teria respondido perguntas sobre o desastre ambiental em Mariana/MG. Em uma das respostas, a AEDAS é citada: <i>"fizemos um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais que prevê assistência técnica aos impactados por meio da Cáritas para os impactados em Mariana e da Aedas (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social) para os impactados de Barra Longa."</i>
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ¹²	30/10/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais reporta em seu Diário Oficial o Projeto de Lei nº 2.803/2015 que tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - Aedas.
Portal da Transparência de Minas Gerais ¹³	31/12/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, contendo as contribuições feitas às Entidades Assistenciais pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no ano de 2015 reporta a AEDAS como uma das entidades beneficiadas, tendo recebido a título de contribuição o valor de BRL 40.000,00.
Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais ¹⁴	31/12/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta Parceria firmada entre a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais e a AEDAS, com o objetivo de <i>"Possibilitar o desenvolvimento social, econômico e sustentável de família que trabalhem com a Agricultura Urbana na região metropolitana de Belo Horizonte - MG, através da capacitação sobre as temáticas: técnicas e conceitos de</i>

¹⁰ Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 03/06/2020.

¹¹ Fonte: [Observatório da Mineração](#). Acesso em 26/05/2020.

¹² Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.

¹³ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁴ Fonte: [Portal da Transparência de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
			<i>potencialização da Agricultura Urbana e Energias Alternativas com o uso de Tecnologias Sociais</i> ". Para realização da parceria citada, a AEDAS teria recebido o valor de BRL 40.000,00.
Brasil de Fato ¹⁵	19/05/2018	Possível atividade da empresa	Publicação no portal Brasil de Fato reporta denúncias feitas pela AEDAS e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Consta na matéria que "a Fundação Renova estaria construindo e reformando casas em terrenos afetados pela lama da Barragem de Fundão, que rompeu em novembro de 2015. A fundação, criada para reparar os danos causados aos atingidos pelo crime ambiental da Samarco, também teria plantado leguminosas e hortas em áreas que foram cobertas pela lama."
Jornal Estado de Minas ¹⁶	21/05/2019	Possível atividade da empresa Outras Parcerias	Publicação de matéria no portal Jornal Estado de Minas reporta que em audiência realizada entre a Vale e órgãos públicos foi homologada a AEDAS como assessoria técnica independente dos atingidos que moram em Brumadinho. Segundo a mídia: "cabará à Aedas viabilizar a reparação integral dos danos causados aos moradores da cidade. A associação vai receber, inicialmente, R\$ 100 mil da Justiça para prestar o serviço."
Bem Minas ¹⁷	26/06/2019	Possível atividade da empresa	Publicação do portal Bem Minas reporta que "A Vale informou hoje (26) que concluiu até o momento 49 acordos individuais para indenizar por danos morais e materiais vítimas da tragédia de Brumadinho (MG)". A AEDAS é citada na matéria como sendo a assessoria técnica escolhida pelos moradores de Brumadinho, pelos municípios banhados pelo Rio Paraopeba e município de Barra Longa.
Fundo Brasil ¹⁸	18/07/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do website Fundo Brasil reporta que o Fundo Brasil de Direitos Humanos: "na qualidade de expert do Ministério Público, vai contratar e fazer a coordenação metodológica do trabalho de assessorias técnicas independentes que prestarão serviço às comunidades da Bacia do Rio Doce atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana." A AEDAS é apontada como uma das associações técnicas escolhidas pelo Fundo Brasil para atuar nas regiões atingidas pelo desastre de Mariana.
Ministério Público do Estado de Minas Gerais ¹⁹	24/07/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Possível atividade da empresa	Publicação do portal do Ministério Público de Minas Gerais reporta reunião realizada entre os atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho e a AEDAS. Na ocasião, "a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), entidade de assessoria técnica independente

¹⁵ Fonte: [Brasil de Fato](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁶ Fonte: [Jornal Estado de Minas](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁷ Fonte: [Bem Minas](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁸ Fonte: [Fundo Brasil](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁹ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
			<i>escolhida por 22 comissões de atingidos da região 1, apresentou a representantes das comunidades o plano de trabalho elaborado, que será cumprido pela Vale. Os participantes tiraram dúvidas sobre o plano, apresentaram reivindicações e sugestões de melhoria."</i>
Câmara Legislativa ²⁰	12/09/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Estado de Minas Gerais para apuração das causas do rompimento da barragem da Mineradora Vale, em Brumadinho. A AEDAS é reconhecida no documento como uma das assessorias técnicas escolhidas pelos moradores de Brumadinho (região 1) para auxiliá-los, trazendo os procedimentos adotados e critérios utilizados na escolha.
Agência Brasil ²¹	17/12/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Possível atividade da empresa	Publicação do portal Agência Brasil reporta que " <i>Estudo revela poeira com metais em áreas afetadas por lama da Samarco</i> ". O Estudo publicado revela alta concentração de metais pesados em amostras de solo retiradas de casas em Barra Longa e Mariana/MG. A AEDAS é citada como sendo patrocinadora de um outro estudo feito em amostras de água e solo, realizado pelo Laboratório de educação Ambiental, Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Pesquisa para a Sustentabilidade, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em que foram encontrados altos níveis de ferro, no solo, e cobre, zinco e níquel, na água.
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri ²²	20/12/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Matéria do portal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri reporta parceria firmada entre a Universidade e a AEDAS, a fim de selecionar bolsistas e voluntários para projetos de iniciação científica com foco na atuação do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico " <i>Veredas Sol e Lares - uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do Semiárido Mineiro</i> ".
Racismo Ambiental ²³	21/01/2020	Possível atividade da empresa	Publicação no portal Racismo Ambiental reporta o conflito entre as mineradoras (Vale, Samarco e BHP Billiton) e as Assessorias Técnicas Independentes (Aedas, Adai, Cáritas Diocesa de Itabira, Cáritas Diocesana de Governador Valadares e Centro Agroecológico Tamanduá). De acordo com o portal, as ATI's " <i>denunciam que o valor global financeiro apresentado pelas mineradoras é catorze vezes menor do que o construído de forma participativa, e aprovado pela Força Tarefa e pelo Fundo Brasil. Além disso, as empresas contestam o tempo de quatro anos de duração</i>

²⁰ Fonte: [Câmara Legislativa](#). Acesso em 26/05/2020.

²¹ Fonte: [Agência Brasil](#). Acesso em 26/05/2020.

²² Fonte: [Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri](#). Acesso em 26/05/2020.

²³ Fonte: [Racismo Ambiental](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
			<i>das Assessorias Técnicas, aprovado pela Justiça. Para as mineradoras, o tempo de trabalho deveria ser de apenas um ano."</i>
AEDAS ²⁴	25/01/2020	Possível atividade da empresa	Nota pública veiculada no portal da AEDAS tecendo críticas às mineradoras em relação a seu posicionamento e forma de condução da situação dos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho um ano após a ocorrência da tragédia. A Nota Pública cita: "a urgente a aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei 2.788/19 que estabelece Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais a aprovação em 2º turno do Projeto de Lei 1.200/15, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Atingidas pela Construção de Barragens".
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus Três Rios ²⁵	08/04/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública Possível atividade da empresa	Publicação realizada no portal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus Três Rios reportando que: "A AEDAS, observando o disposto no Termo de Referência da Chamada Pública - Assessoria técnica independente - Bacia do Paraopeba elaborado pelas Instituições de Justiça, vem tornar público a realização de processo seletivo de profissionais para compor as Equipes Técnicas Multidisciplinares (Equipes) dos Projetos de ASSESSORIA TÉCNICA AOS ATINGIDOS E AS ATINGIDAS em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das Barragens B-IV e B-IV-A da Mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. na Região 1 - Brumadinho/ MG e Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba/MG para a democratização das decisões relativas à reparação integral das perdas e danos."

²⁴ Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 26/05/2020.

²⁵ Fonte: [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro](#). Acesso em 26/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

b) Adília Nogueira Sozzi

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Adília Nogueira Sozzi	
CPF	075.243.856-50	
Data de Nascimento	06/10/1984	
Posição	Diretor	
Endereço	Rua Sady Monteiro Boechat, 243 São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.037-250	
Outros Endereços	Rua Sady Monteiro Boechat, 243, Casa 1, São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.037-250	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²⁶
Adília Nogueira Sozzi 07524385650	24.938.865/0001-61	100,00%
Rede de Solidariedade e Justiça Social	12.004.146/0001-94	N/I

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	26/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta

²⁶ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	25/05/2020		N/D ²⁷
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição		Cargo	Período
N/I	N/A		N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento		Vínculo
N/I	N/A	N/A		N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁸							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

²⁷ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

²⁸ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁸							
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ²⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ³⁰			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ³¹	2005 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi realizou uma graduação em Direito na Faculdade Metodista Granbery.
	2006 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi realizou uma graduação interrompida em Letras na Universidade Federal de Juiz de Fora.
	2008 - 2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi teve um vínculo de estágio Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais.

²⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁰ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³¹ Fonte: Lattes. Acesso em 27/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ³⁰			
		e/ou atividades	
	2009 - 2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi teve um vínculo de Bolsista com enquadramento de estágio em docência no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com indicação de carga horária de 10 horas.
	2011 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi teve um vínculo como advogada na Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais, com indicação de carga horária de 30 horas.
	2013 - 2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi realizou uma especialização em Direitos Sociais do Campo na Universidade Federal de Goiás.
	2013 - 2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com enquadramento de Estudante.
	2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em uma publicação que Adilia Nogueira Sozzi tem um mestrado em andamento em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais.



c) Alex Sandra Maranhão

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Alex Sandra Maranhão	
CPF	057.861.589-42	
Data de Nascimento	23/02/1987	
Posição	Diretor	
Endereço	Rua Glocinia, 236, Cx 2, Santo Andre, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.230-140	
Outros Endereços	Rua Miosotis, 1 Santo Andre, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.230-180	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ³²
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	26/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta

³² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
trabalhadores a condições análogas à de escravo			
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D ³³	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁴							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

³³ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

³⁴ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁴							
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ³⁵ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ³⁶			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
LinkedIn ³⁷	2008 - 2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Perfil de usuário no LinkedIn em nome de Alex Sandra Maranhão reporta bacharelado em Direito pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix.
	2012 - até o momento	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Perfil de usuário no LinkedIn em nome de Alex Sandra Maranhão reporta estágio no Centro de Defesa da Cidadania.

³⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁶ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁷ Fonte: [LinkedIn](https://www.linkedin.com). Acesso em 03/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ³⁶			
Pátria Latina ³⁸	12/11/2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Pátria Latina reporta que Alex Sandra Maranhão na posição de membro da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) cobra a Vale sobre o desastre ambiental em Mariana/MG: <i>"Essa tragédia não pode terminar como as outras em que a Vale abandonou as populações"</i> .
Diário do Centro do Mundo ³⁹	25/01/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Diário do Centro do Mundo reporta que Alex Sandra Maranhão seria da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragem e teria considerado estranho o acordo da empresa Samarco com advogada: <i>"A empresa Samarco, responsável pela barragem que destruiu a cidade de Bento Rodrigues, em Minas Gerais, ainda não indenizou as famílias atingidas, mas fez acordo milionário para pagar comissão por uma polêmica venda de créditos tributários dezessete anos atrás."</i>

³⁸ Fonte: [Pátria Latina](#). Acesso em 03/06/2020.

³⁹ Fonte: [Diário do Centro do Mundo](#). Acesso em 03/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

d) Lívia Morena Brantes Bezerra

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Lívia Morena Brantes Bezerra	
CPF	101.389.747-13	
Data de Nascimento	29/12/1986	
Posição	Presidente	
Endereço	Travessa Pirajá, 101, Pedreira, Belém - PA, CEP: 66.083-512	
Outros Endereços	Rua de Fátima, 36, Apartamento 401, Centro, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.610-090 Rua Renato Arnaldo Silveira Lopes, 259, Lote 41, Parque Residencial Solares, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.630-342 Rua José Antônio Coelho, 407, Apartamento 53, Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP: 04.011-061	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴⁰
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta

⁴⁰ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D ⁴¹	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Marcelo Ribeiro Freixo	PSOL	Rio de Janeiro - RJ	2016	BRL 50,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴²							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios

⁴¹ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

⁴² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴²							
Tribunal de Justiça do Estado	Pará	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Pará	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	8ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	15ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Pará	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ⁴³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁴³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁴⁴			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ⁴⁵	2005 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra possui "Graduação em Engenharia Florestal na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil".
	2007 - 2009		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra participou do projeto de extensão: "Percepção e uso sustentável do solo em assentamento de reforma agrária."
	2011 - 2012		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra atuou como "Engenheira Florestal em Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen, TK, Haiti.", com indicação de carga horária 40.
	2013 - Atual		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra atua como "Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil", com indicação de carga horária 40.
	2013		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra possui "Mestrado em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil".
INCRA ⁴⁶	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, reporta a lista de indivíduos selecionados para participar do "Curso a Distância Cadastro Ambiental Rural", em que consta Lívia Morena Brantes Bezerra como um dos selecionados.
AEDAS ⁴⁷	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no website da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) reporta o histórico de criação e atuação da AEDAS, em que consta Lívia Morena Brantes Bezerra como atual Presidente da Instituição.
Ver Salários ⁴⁸	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Ver Salários, do Governo Federal, reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra como "Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil".
World Rainforest Movement ⁴⁹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da World Rainforest Movement endereçada aos profissionais e estudantes da área ambiental: "Monoculture tree plantations are not forests", tratando da questão da monocultura florestal e os impactos ambientais que a adoção desta forma de reforestamento traz ao bioma, sendo Lívia Morena

⁴⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁵ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 26/05/2020.

⁴⁶ Fonte: [INCRA](#). Acesso em 26/05/2020.

⁴⁷ Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 26/05/2020.

⁴⁸ Fonte: [Ver Salários](#). Acesso em 26/05/2020.

⁴⁹ Fonte: [World Rainforest Movement](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁴⁴			
			Brantes Bezerra uma signatária.
Lindomar Padilha ⁵⁰	21/03/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lindomar Padilha reporta a elaboração de: <i>"Carta aberta a ONU e suas instituições e iniciativas relacionadas com problemas das florestas (FAO, CDB, UNFCCC, UNCCD e UNFF)"</i> , sendo Livia Morena Brantes Bezerra um dos signatários.
Diário Oficial da União ⁵¹	11/11/2013	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Diário Oficial da União, no portal do Governo Federal, com o objetivo de <i>"Instituir a Equipe de Vistoria Ambiental - EVA, coordenada pela Coordenação de Meio Ambiente e Recursos Naturais- DTM, para atuar na Amazônia Legal, junto aos pontos críticos de degradação e ou desmatamento ilegal nos Projetos de Assentamentos (...)"</i> . Livia Morena Brantes Bezerra teria sido nomeada como integrante da Equipe de Vistoria Ambiental pelo então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Carlos Mario Guedes de Guedes.
Jusbrasil ⁵²	26/04/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Em publicação do Diário Oficial, divulgada no website do Jusbrasil, é reportada a nomeação de Livia Morena Brantes Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário para exercer os encargos de Substituto do Chefe de Divisão da Divisão de Desenvolvimento, da Superintendência Regional de Minas Gerais. A nomeação teria sido realizada por Gilson de Souza, então Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
Diário Oficial da União ⁵³	03/08/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Em publicação do Diário Oficial é reportada a dispensa de Livia Morena Brantes Bezerra do cargo de Substituto do Chefe de Divisão, da Divisão de Desenvolvimento, da Superintendência Regional de Minas Gerais.
Revista da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP ⁵⁴	19/11/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação científica de autoria de Livia Morena Brantes Bezerra: <i>"Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento do Haiti"</i> . Há o debate sobre a importância do esforço internacional para auxiliar o Haiti em seu desenvolvimento, haja vista os baixos recursos do país e a necessidade de ajuda humanitária.

⁵⁰ Fonte: [Lindomar Padilha](#). Acesso em 26/05/2020.

⁵¹ Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 26/05/2020.

⁵² Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 26/05/2020.

⁵³ Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 26/05/2020.

⁵⁴ Fonte: [Revista da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP](#). Acesso em 26/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

e) Thais Amélia de Oliveira Gomes

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Thais Amélia de Oliveira Gomes	
CPF	099.327.886-86	
Data de Nascimento	03/03/1991	
Posição	Diretor	
Endereço	Rua Jesus Machado Gontijo, 45 Ouro Preto, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.340-010	
Outros Endereços	Rua Rita de Cassia, 5 Trevo, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.370-583	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁵⁵
Thais Amélia de Oliveira Gomes 09932788686	24.826.720/0001-79	100%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	26/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta

⁵⁵ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
trabalhadores a condições análogas à de escravo			
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D ⁵⁶	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵⁷							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁵⁶ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

⁵⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵⁷							
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ⁵⁸ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁵⁹			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Escavador ⁶⁰	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Em publicação no <i>website</i> Escavador é informado que Thais Amélia de Oliveira Gomes seria: "Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Participou de Intercâmbio Internacional na Universidade do Minho e Mobilidade Acadêmica na Universidade de Brasília. Possui experiência em produção radiofônica, televisiva e assessoria de imprensa. Atua como jornalista no sistema de comunicação Brasil de Fato."

⁵⁸ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵⁹ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁰ Fonte: [Escavador](#). Acesso em 27/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵⁹			
Lattes ⁶¹	2010 - 2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em publicação que Thais Amélia de Oliveira Gomes realizou uma graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais.
	2010 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em publicação que Thais Amélia de Oliveira Gomes teve um vínculo de estágio na TV UFMG, com indicação de carga horária 20.
	2011 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em publicação que Thais Amélia de Oliveira Gomes teve um vínculo de estágio na Diretoria de Relações Internacionais (DRI).
	2012 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em publicação que Thais Amélia de Oliveira Gomes teve um vínculo de estágio na Rádio UFMG Educativa, com indicação de carga horária 20.
	2016 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em publicação que Thais Amélia de Oliveira Gomes tem um vínculo como prestadora de serviço na Brasil de Fato - MG como jornalista e indicação de carga horária de 30.
	2016 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O <i>website</i> Lattes traz em publicação que Thais Amélia de Oliveira Gomes tem um vínculo como membro no Fórum Nacional pela Democratização da Mídia (FNDC).
TSE ⁶²	21/09/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública	Em consulta ao <i>website</i> do TSE foi identificado registro de fornecimento em nome de Thais Amélia de Oliveira Gomes no valor de BRL 500,00 ao então candidato a governador de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel (PT). A despesa é classificada como "Atividades de militância e mobilização de rua."

⁶¹ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 27/05/2020.

⁶² Fonte: [TSE](#). Acesso em 27/05/2020.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Aline Lucia Nogueira Medeiros, CPF: 109.680.536-70, assessora técnica nível pleno da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

ALINE LUCIA NOGUEIRA MEDEIROS

JUNHO DE 2020



19 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



Número do documento: 20070618334462900000121981694
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334462900000121981694>
Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:45

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de Abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Aline Lucia Nogueira Medeiros", ("Aline Medeiros", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 109.680.536-70, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir::

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Aline Lucia Nogueira Medeiros 10968053670 ("Wiphala Consultoria")	Pessoa Jurídica	35.774.283/0001-03
Vera Lucia Nogueira Medeiros ("Vera Medeiros")	Pessoa Física	125.792.608-03



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, ("Titulares ou ex-Titulares"), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores ("Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente"), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Aline Medeiros Vera Medeiros
Interações com agentes públicos ou administração pública		Aline Medeiros Vera Medeiros
Parcerias com ATI em questão		Aline Medeiros
Outras Parcerias		Aline Medeiros Vera Medeiros
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4. RESULTADOS

a) Aline Lucia Nogueira Medeiros

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Aline Lucia Nogueira Medeiros	
CPF	109.680.536-70	
Data de Nascimento	12/09/1991	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social ¹	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²
Aline Lucia Nogueira Medeiros 1096805367	35.774.283/0001-03	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	16/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta

¹ Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	12/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ³				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

³ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
Blog do Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista da UFMG ⁸	09/08/2017	Outras Parcerias	Publicação do Blog do Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista da UFMG reporta a defesa da dissertação de Aline Medeiros.
Jusbrasil ⁹	03/07/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial da União no <i>website</i> Jusbrasil reporta Aline Medeiros como contratada para o cargo de Professor do Magistério Superior Substituto na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha/UFVJM no período de 06 de julho de 2018 a 06 de dezembro de 2018.
Universidade Federal de Minas Gerais ¹⁰	13/12/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação de resposta a um recurso de Aline Medeiros dada pela Universidade Federal de Minas Gerais em que Aline contestava a sua titulação e sua pontuação em um resultado de concurso. O recurso foi aceito parcialmente, a titulação foi corrigida de "especialista" para "Mestre", porém sua pontuação foi mantida.
Diário Oficial da União ¹¹	12/03/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial da União reporta que Aline Medeiros é parte interessada em um ato de admissão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
Universidade Estadual do Rio de Janeiro ¹²	2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro reporta que Aline Medeiros foi desclassificada na seleção de mediadores a distância da UERJ.
Instituto Federal do Espírito Santo ¹³	2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Instituto Federal do Espírito Santo reporta Aline Medeiros como habilitada para o sorteio de curso de formação para orientadores de trabalho de conclusão final em curso EAD.
LinkedIn ¹⁴	2009 - 2014	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Aline Medeiros realizou uma graduação em geografia na Universidade Federal de Minas Gerais.
	2015 - 2017	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Aline Medeiros realizou um mestrado em geografia na Universidade Federal de Minas Gerais.
	2020 - 2021	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Aline Medeiros está realizando uma licenciatura em geografia na universidade Federal de Minas Gerais.

⁸ Fonte: [Blog do Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista da UFMG](#). Acesso em 16/06/2020.

⁹ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 16/06/2020.

¹⁰ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](#). Acesso em 16/06/2020.

¹¹ Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 16/06/2020.

¹² Fonte: [Universidade Estadual do Rio de Janeiro](#). Acesso em 16/06/2020.

¹³ Fonte: [Instituto Federal do Espírito Santo](#). Acesso em 16/06/2020.

¹⁴ Fonte: [LinkedIn](#). Acesso em 16/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
	2015 - 2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Aline Medeiros foi bolsista de mestrado do CAPES.
	12/2018 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Aline Medeiros é professora conteudista EAD na Wiphala Consultoria Educacion (empresa própria)
	07/2019 - 12/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Aline Medeiros foi geógrafa da AEDAS em tempo integral.
	04/2020 - Atual	Parcerias com ATI em questão	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Aline Medeiros é geógrafa da AEDAS em tempo integral.
Lattes ¹⁵	2006 - 2008	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros realizou o Ensino Médio no colégio Nossa Senhora das Dores. Última atualização em 26/02/2020.
	2009 - 2014	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros realizou uma graduação em geografia na Universidade Federal de Minas Gerais. Última atualização em 26/02/2020.
	2010 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de voluntariado com enquadramento funcional de pesquisadora voluntária na Universidade Federal de Minas Gerais. Carga horária 10. Última atualização em 26/02/2020.
	2010 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de colaborador com enquadramento funcional de bolsista de iniciação científica na Comissão Nacional de Energia Nuclear. Carga horária 20. Última atualização em 26/02/2020.
	2011 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de colaborador com enquadramento funcional de estagiária no Instituto mineiro de Gestão das Águas. Carga horária 20. Última atualização em 26/02/2020.
	2011 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de bolsista com enquadramento funcional de bolsista de iniciação científica na Universidade Federal de Minas Gerais. Carga horária 20. Última atualização em 26/02/2020.
	2012 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de bolsista com enquadramento funcional de estagiária no Instituto Cultural Inhotim. Carga horária 30. Última atualização em 26/02/2020.
	2013 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de bolsista com enquadramento funcional de estagiária na universidade Federal de Minas Gerais. Carga horária 20. Última atualização em 26/02/2020.
	2014 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de bolsista com enquadramento funcional de mediadora cultural na Universidade Federal de Minas Gerais. Carga horária 40. Última atualização em

¹⁵ Fonte: Lattes. Acesso em 16/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
			26/02/2020.
	2014 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de ação de voluntariado com enquadramento funcional de voluntária no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Carga horária 37. Última atualização em 26/02/2020.
	2015 - 2017	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros realizou um mestrado em geografia na universidade Federal de Minas Gerais. Última atualização em 26/02/2020.
	2016 - 2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de ação de voluntariado com enquadramento funcional de professora de geografia no Cursinho Ásia Loyola. Carga horária 2. Última atualização em 26/02/2020.
	2018 - 2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de ação de voluntariado com enquadramento funcional de voluntária no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Carga horária 60. Última atualização em 26/02/2020.
	2018 - 2018	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de servidor público com enquadramento funcional de professora Classe A na Universidade Federal dos Vales o Jequitinhonha e Mucuri. Carga horária 40. Última atualização em 26/02/2020.
	2019 - 2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Aline Medeiros teve um vínculo de prestação de serviço com enquadramento funcional de geógrafa na Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS).



b) Aline Lucia Nogueira Medeiros 10968053670

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Aline Lucia Nogueira Medeiros 10968053670		
Nome Fantasia	Wiphala Consultoria Educacional		
CNPJ	35.774.283/0001-03		
Natureza Jurídica	Empresário (Individual)		
CNAE Primário	85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		
CNAE Secundário	58.19-1-00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos 95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente 58.13-1-00 - Edição de revistas 85.93-7-00 - Ensino de idiomas 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 58.11-5-00 - Edição de livros 58.12-3-02 - Edição de jornais não diários 58.12-3-01 - Edição de jornais diários 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
Capital Social	BRL 1,00		
Data de Abertura	12/12/2019		
Endereço	Rua Francisco Otaviano, 49, Apartamento 403, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.080-040		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ¹⁶	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ¹⁷	Função/Cargo

¹⁶ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 12/06/2020.

¹⁷ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.1 Dados Cadastrais			
Aline Lucia Nogueira Medeiros	109.680.536-70	100,00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹⁸	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	16/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020		Nada consta

¹⁸ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade		
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ¹⁹				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁰							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		

¹⁹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁰ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁰			
COMPROT		N/A	N/I
CADE		N/A	N/I
CVM		N/A	N/I
TCU		N/A	N/I

4.5.1 Processos Judiciais ²¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ²²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

²¹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



c) Vera Lucia Nogueira Medeiros

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Vera Lucia Nogueira Medeiros	
CPF	125.792.608-03	
Data de Nascimento	16/07/1960	
Posição	Mãe de Aline Medeiros	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	Avenida Dionysia Alves Barreto 675, Vila Osasco, Osasco - SP CEP: 06086-055 Rua Manoel Martin 238, Adalgisa, Osasco - SP CEP: 06030-260 Rua Antonia Bizarro 70, Vila Osasco, Osasco - SP CEP? 06083-160 Avenida Joaquim de Santana 294, Jardim Arpoador, São Paulo - SP CEP: 05565-010 Rua Geraldo Cordeiro de Souza 150, Bal Copacabana, Caraguatatuba - SP CEP: 11676-070	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²³

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	16/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta

²³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ²⁴				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ²⁵				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁶	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

²⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁶							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT			N/A				N/I
CADE			N/A				N/I
CVM			N/A				N/I
TCU			N/A				N/I

4.5.1 Processos Judiciais ²⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ²⁸			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
LinkedIn ²⁹	1992 - 1996	Outras parcerias	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Vera Medeiros realizou uma graduação em pedagogia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
	2000 - 2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Vera Medeiros foi professora na FUNLEC, SESI.

²⁷ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁹ Fonte: [LinkedIn](https://www.linkedin.com). Acesso em 16/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ²⁸			
	2011 - Atual	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Vera Medeiros é coordenadora dos centros de educação infantil da Secretaria de Educação e Cultura.
	2011 - Atual	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> LinkedIn reporta que Vera Medeiros é professora da prefeitura municipal de Três Lagoas/MS.
Sesc ³⁰	25/05/2018	Outras parcerias	Publicação do <i>website</i> Sesc reporta Vera Medeiros como professora, escritora e mestrandia em literatura e crítica literária na Universidade Católica de São Paulo.
Lattes ³¹	1992 - 1996	Outras parcerias	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Vera Medeiros realizou uma graduação em pedagogia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Última atualização em 21/10/2019.
	1992 - Atual	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Vera Medeiros teve um vínculo com a Prefeitura do Mato Grosso do Sul com enquadramento funcional de professora. Carga horária 40, última atualização em 21/10/2019.
	1992 - Atual	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Vera Medeiros tem um vínculo de contratada com a prefeitura Municipal de Três Lagoas, com enquadramento funcional de professora. Carga horária 20, última atualização 21/10/2019.
	1997 - Atual	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Vera Medeiros tem um vínculo de concursada com a rede municipal de Três Lagoas, com enquadramento funcional de professora de educação infantil. Carga horária 20, última atualização 21/10/2019.
	2007 - Atual	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Lattes reporta que Vera Medeiros tem um vínculo de concursada com a rede municipal de Três Lagoas, com enquadramento funcional de professora de educação infantil. Carga horária 20, última atualização 21/10/2019.

³⁰ Fonte: [Sesc](#). Acesso em 16/06/2020.

³¹ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 16/06/2020.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Barbara Luiza Ramos, CPF: 676.674.572-04, assessora técnica júnior da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

BARBARA LUIZA RAMOS

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334462900000121981694

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334462900000121981694>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:45

Num. 123307191 - Pág. 126



19 de Junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



Número do documento: 20070618334462900000121981694
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334462900000121981694>
Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:45

Num. 123307191 - Pág. 128

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

Em 28 de Abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Barbara Luiza Ramos", ("Barbara Ramos", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 676.674.572-04, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Glacia da Penha Ramos ("Glacia Ramos")	Pessoa Física	420.230.682-15



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 17 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são proveniente de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Barbara Ramos
Filiação partidária	4.4	Barbara Ramos
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Barbara Ramos
Interações com agentes públicos ou administração pública		Barbara Ramos
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		Barbara Ramos
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-

